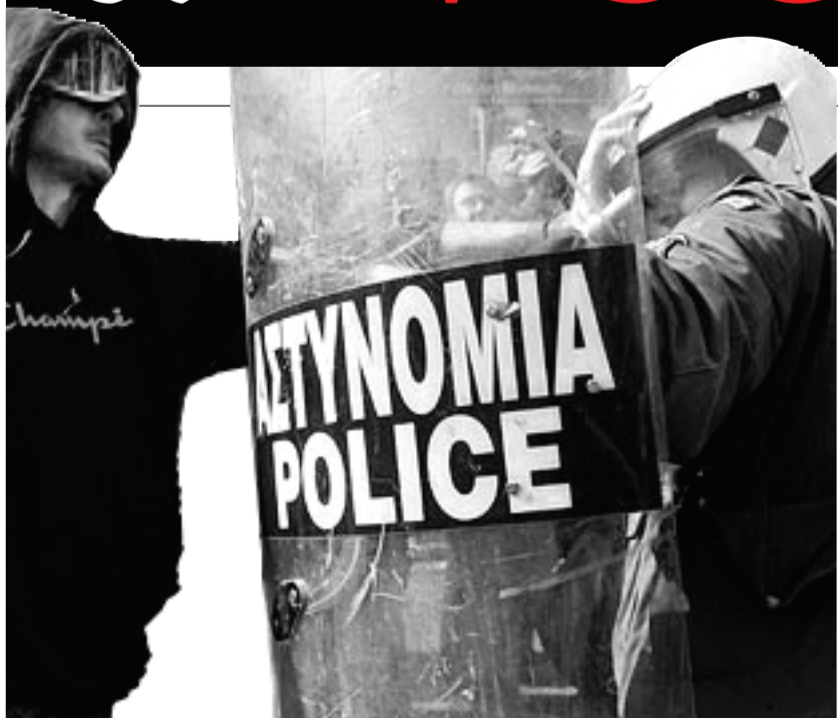




Não pagamos a **voossa** crise!



Luta na Grécia

Sufocados pelas duras exigências da União Europeia e pela subserviência do seu governo, o povo e trabalhadores gregos mostram que a alternativa está na luta para derrotar os planos de austeridade. **PÁG. 5**

Enfermeiros

Análise das jornadas de luta dos enfermeiros. A estratégia de união desses profissionais com os demais sectores da Saúde e da Função Pública aponta a direcção para a conquista das suas exigências. **PÁG. 6**

Festa de Ruptura

Vamo-nos reunir no dia 17 de Abril para comemorar mais um ano de muita luta junto com os jovens e trabalhadores contra o governo e os patrões. Não faltes: a partir das 17h no Mercado da Ribeira (Av. 24 de Julho, Lisboa).



Intensificar e unir as lutas Derrotar o PEC de Sócrates

Aprovado o orçamento com o apoio da direita, o governo PS prepara a aplicação do PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) para mais uma vez fazer os trabalhadores pagarem a factura da crise que foi produzida pelos grandes capitalistas e pelas políticas dos governantes que se têm sucedido. A receita e medidas do governo não são novas, copiam as que o governo grego está a querer aplicar, e são as habituais do capitalismo: diminuir o salário real, menos emprego, mais carga de impostos para a população, menos prestações sociais, menos saúde pública.

Para os capitalistas, os planos são para “alargar o cinto” e conceder-lhes mais apoios do Estado, mais isenções e oferecer-lhes bons negócios, nomeadamente a privatização do que resta dos sectores lucrativos que o sector público ainda tem.

Na Grécia, os trabalhadores e o povo estão a mostrar que resposta se deve dar a estes planos da UE/Governos. As greves gerais que já realizaram este ano, as muitas manifestações e ocupações de repartições públicas, em que se destaca a ocupação da imprensa nacional para que não fossem impressos os decretos do PEC, são exemplos da sua combatividade. Como dizem nas manifestações, primeiro que paguem os 80 armadores gregos que têm enormes fortunas acumuladas iguais a todo o PIB daquele país.

Em Portugal, a situação dos capitalistas não é diferente, e veja-se o aumento das fortunas que tiveram Américo Amorim e Belmiro de Azevedo, durante o ano de “crise” de 2009 (que voltaram a entrar, e a subir, na lista dos mais ricos do mundo).

O que não temos visto em Portugal é uma resposta sindical e política no caminho da resposta que estão a dar os trabalhadores gregos. Por cá, nem o movimento sindical, nem os partidos de esquerda se lançaram com tudo na luta contra este novo governo Sócrates, para impedir que se concretize esta grande ofensiva contra os salários e as pensões dos trabalhadores e dos reformados.

Apesar dos escândalos que envolvem o governo e Sócrates na teia da corrupção e do “polvo” do poder, que noutro qualquer governo de direita já tinham motivado a sua queda, os dirigentes e parlamentares de esquerda reafirmam que querem ver o governo Sócrates a “assumir as suas responsabilidades de governar”, em vez de censurarem esta sua política e prática, e exigirem a sua demissão imediata.

Para mudar o rumo e construir outra saída para a crise, uma saída favorável aos trabalhadores, ao seu emprego, ao seu salário, à sua segurança social e à defesa do sistema de saúde e ensino públicos, é preciso começar por derrotar a actual política e o actual governo. É preciso um plano de luta sindical que unifique os calendários e as mobilizações dos vários sectores públicos e privados. É preciso que no campo político se intensifique a unidade de esquerda na acção contra o governo, e que na campanha das presidenciais se consiga erguer uma candidatura demarcada do governo e da direita, e claramente opositora às actuais políticas orçamentais e ao PEC de Sócrates e Cavaco. Na esquerda, e particularmente no Bloco de Esquerda, este debate é necessário, e para isso já hoje decorre a exigência militante de uma Convenção para que a participação democrática no definir desta resposta seja realidade.

ENTREVISTA ■

A luta do secundário está numa encruzilhada

Entrevista de Manuel Afonso

Entrevista a João Mineiro, 17 anos, vice-presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Quinta das Palmeiras, na Covilhã e delegado ao Encontro Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico (ENAEESB) deste ano.

Em que pé dirias que está hoje a luta dos estudantes do secundário?

Penso que a luta dos estudantes do secundário está numa encruzilhada. O ano passado foi um ano extremamente positivo: greves, manifestações, *flash-mobs*, apitões, abaixo-assinados e uma mobilização estudantil incrível. Houve um sério debate sobre os problemas da escola pública. A encruzilhada em que o movimento se encontra tem que ver, efectivamente, com a possibilidade de reafirmar esses movimentos e, sobretudo, a possibilidade de criar mecanismos democráticos que os mantenham consequentes. O seu maior trunfo é a vontade que muitas Associações de Estudantes (AE's) e muitos estudantes têm de continuar a lutar, sendo o seu maior obstáculo as organizações pseudo-democráticas que paralisam essa vontade.

Dirias que as exigências que têm sido levantadas pelo movimento e pelas suas direcções vão ao encontro das expectativas dos estudantes?

Nem sempre. Aquilo que acontece é que, de forma altamente centralizada, as direcções dos movimentos decidem entre si as exigências estudantis, transportando as conclusões de cima para baixo, sem ouvir os estudantes. Muitas vezes essas exigências não vão ao encontro das expectativas dos estudantes, imobilizando-os. Um exemplo paradigmático são os exames nacionais: a Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico (DNAESB) afirmava que os estudantes eram pela abolição imediata dos exames, contudo, quando essa proposta foi a votos na ENAEESB, a maioria das AE's votou contra por considerar que esta questão não seria tão linear. As exigências estudantis devem ser decididas pelos estudantes. No ano passado, destaco quatro grandes exigências: a educação sexual, a gratuitidade dos manuais escolares, o estatuto do aluno/regime de faltas e a nova figura do “director”.

Um grande problema sentido pelos estudantes é a falta de democracia de base na organização das lutas. Como é possível



superar este problema?

Precisamente com mais democracia, e sobretudo democracia participativa. Na minha opinião, antes de se definir os modos de luta, os dias de luta e as reivindicações de luta deve-se auscultar as Associações de Estudantes, e estas devem realizar RGA's para consultar os alunos. Dessa consulta deverá resultar um encontro nacional de AE's (recorrendo também a meios tecnológicos para as mais distantes), discutindo-se as exigências mais unânimes. Outra forma é organizar a luta por via local, através de reivindicações locais específicas.

Como activista de esquerda e dirigente associativo de uma cidade do interior, de que forma dirias que esta localização afecta o teu activismo?

Afecta bastante. A verdade é que o segregacionismo é uma realidade indissociável. Uma expressão que repito muito aos camaradas do litoral é “aqui as coisas são diferentes”. Há umas semanas realizou-se o ENAEESB, e as AE's daqui nem convidadas foram. Eu, obviamente, fiz-me convidado e apareci. Só que é muito difícil para as AE's suportar o dinheiro dos transportes, da alimentação e, para muitos, da estadia. Por outro lado, as Associações de Estudante do Interior são atiradas para o canto, nunca ninguém nos pediu opinião sobre nada e quase nunca as nos-

sas acções são noticiadas nos órgãos nacionais.

E como militante do Bloco de Esquerda, como dirias que a esquerda pode intervir na luta dos estudantes?

A Esquerda pode intervir apoiando os activistas de várias formas. Permitindo a partilha de contactos a nível nacional, aprofundando a troca de experiências entre os activistas e apoiando na resolução das questões mais burocráticas. O Bloco tem feito um bom caminho (não é por acaso que temos dezenas de activistas em movimentos, associações e colectivos estudantis), e pode fazer ainda melhor. O que me parece importante é que a intervenção dos jovens bloquistas nos movimentos seja feita de forma absolutamente democrática e livre. É urgente abandonar a herança da esquerda que se considera “pura” e troca a democracia pelo centralismo.

Por fim, que perspectivas há para a luta do secundário?

Prevê-se, antes de mais, uma luta dentro dos mecanismos de luta. Para uma acção consequente são necessários mecanismos democráticos, livres e coerentes consigo mesmos. Este pode ser um problema futuro, mas espero que seja resolvido abandonando-se de vez o sectarismo e a burocratização do movimento estudantil.

RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT (IV Internacional) www.litci.org
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia
Director: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Contacto: jornal@rupturafer.org
Projecto Gráfico: Nádia Martins
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:
António Santos, A. P. Amaral,
António Louçã, André Traça,
Diogo Bento, J.A. Dias, Lina
Pereira, Maximiano Gonçalves,
Manuel Neves, Manuel Afonso

O governo ataca os jovens e os jovens defendem o candidato do governo?

Hoje cabe à nossa geração escolher: ou a nossa estabilidade ou a estabilidade do governo, não há uma terceira via.

Está visto hoje que a crise não passou. Que a factura dos milhões gastos em salvação das multinacionais e dos impérios financeiros será apresentada às populações, em especial àquela geração conhecida como a dos 500 euros. Isto porque o pacto de estabilidade e crescimento que Sócrates prepara mais não é que o avançar das privatizações, o aumento do desemprego e da precariedade, o dismantlar dos serviços públicos. Se os jovens já sabiam que seriam a primeira geração a viver pior que a de seus pais, hoje sabem que a luta radical contra este governo é a única maneira de travar um futuro de miséria.

Conferência do BE

Nos dias 19, 20 e 21 de Março será realizada a I Conferência de Jovens Estudantes do Bloco de Esquerda. Os activistas aí presentes não poderão separar a luta que preparamos das Presidenciais de 2011. Porque convocar os nossos colegas para lutar contra quem destrói o ensino, o emprego e o nosso futuro – o governo Sócrates – é incompatível com o apelo ao voto no candidato desse mesmo governo, o

candidato Manuel Alegre.

Por isso, nesta Conferência, os jovens devem fazer ouvir a sua voz

se oponha a Sócrates e configurar uma candidatura independente deste governo?



quanto à política de alianças que o BE pretende traçar. Neste momento em que o PS, para aplicar as suas receitas contra a crise, precisa de estabilidade como pão para a boca, devemos estabelecer alianças com aqueles que dizem não querer derrubar o governo? Ou devemos, sim, procurar um candidato, no âmbito do Bloco ou fora dele, que

Manter um partido eleitoral ou organizar centenas de jovens?

Até hoje, a direcção do Bloco tem optado por um modelo de partido relaxado, cuja capacidade de mobilização depende do voluntarismo dos militantes aqui e ali, de funcionários e do trabalho parlamentar, e não de uma estrutura virada para a acção. E é a continui-

dade deste modelo que a direcção volta a propor nesta conferência.

A juventude grega, assim como a francesa, tem vindo a ser o motor da resistência de massas aos governantes da crise europeia. Assim é porque as medidas dos governos para impor aos trabalhadores a factura da crise afectam, sobretudo, aqueles que entram agora no mercado de trabalho. Por isso é que a juventude tem protagonizado a resposta mais radical à crise – isso acontece hoje na Europa e acontecerá em Portugal.

Para dar corpo a essa revolta, para armar a juventude na luta por emprego, contra a precariedade e pelo Ensino Público não basta um partido com muitos deputados, com intervenção autárquica e presença mediática; é urgente dar corpo a uma organização sólida, que traga centenas de activistas para a acção. É este o desafio que continuamos a propor aos activistas do Bloco. Expressões abstractas como “rede de activistas” ou um modelo de organização que deixa os jovens trabalhadores sem espaço não são respostas a este desafio.

No Secundário e no Superior: hora de mobilizar!

O governo Sócrates, como nenhum outro, pôde avançar na privatização do Ensino Superior, aproveitando a confusão gerada pela derrota na luta contra as propinas. O avanço do desinvestimento e da privatização no Secundário e no Básico também não se fez esperar – foi pela mão de Sócrates que chegou o Estatuto do Aluno, os Directores, as Aulas de Substituição e, agora, a Parque Escolar e a videovigilância nas escolas.

Aos poucos os estudantes reagiram, primeiro os do secundário e, desde Novembro, ainda timidamente, os do Superior. Ambas as lutas têm sido dirigidas de forma desorganizada e antidemocrática, tanto pela direita como pela esquerda conservadora. Se é preciso estabelecer alianças, também é necessário saber construir uma alternativa: a dos Jovens do Bloco deve ser a de levar à luta estudantil a democracia de base e a unidade nas lutas, entre secundário e superior, professores e outros sectores em luta contra o governo.

No Superior devemos propor aos colectivos de estudantes e Associações em que intervimos uma campanha por uma nova Manifestação ainda este semestre. No secundário é hora de fazer RGA's, debates, lançar flyers ou jornais, começando um amplo debate sobre como dar continuidade às manifestações de Fevereiro.

Manuel Afonso

Um dia na vida de António, trabalhador de call center

Sexta-feira, 24 de Abril de 2010

António levanta-se tarde, por volta das 11 da manhã. A primeira coisa que faz é ligar o computador e ver as ofertas de emprego. Hoje, mais uma vez, não aparece nada, tal como no dia anterior e anterior e anterior e... Só vai entrar às 3 da tarde, ainda há tempo. António almoça sem preocupações. Não porque não as tenha, muita coisa o atormenta. Para começar, ter 27 anos e ainda viver com os pais, quando gostaria de ter uma casa, um casamento e filhos, mas não poder. António só ganha cerca de 500 euros por mês.

14h30

António pega no seu velho carro oferecido pelos pais e vai a caminho do call center, onde trabalha, no centro da cidade. “Bolas, não há lugar, faltam 5 minutos para entrar, tenho de ir para o parque pago”, pensa, já a pensar no que o supervisor lhe vai dizer quando chegar. E pronto, carro arrumado. Entra na sala de atendimento:

- António - pergunta o supervisor -, já viste as horas? Estás um minuto atrasado, não podes compensar, vai-te ligar, depois falamos. António arrasta-se, de cabeça baixa, para um lugar mal iluminado, numa fila com mais 20 colegas, muito barulho. Pega no head-set que

já foi usado por cinco pessoas hoje, coloca-o na cabeça, liga-se com 3 minutos de atraso que não pode compensar, novas regras... Começa a jornada de oito horas, oito longas horas até à meia noite.

15h03

— Boa tarde, fala António Santos, em que posso ajudar?
— Olhe, dê-me o hotel Altura no Algarve.
— Pretende Hotel Altura no Algarve, a localidade, por favor?
— Localidade, sei lá, então vocês não sabem tudo? Dê-me lá isso e despache-se que eu estou a pagar.
— Como Hotel Altura não temos registo.
— Você está a gozar comigo? Olhe que eu reclamo já de si, pensa que está a falar com quem, hã? Dê-me lá isso seu atrasado mental.
— Como?!?!?
— Não me ouviu, passe-me ao seu supervisor.
— Um momento, por favor.

17h

Passadas duas horas, António pede para ir ao intervalo, sendo colocado numa lista com dez pessoas à frente. Uma hora depois é-lhe permitido fazer 12 minutos de intervalo. Antó-

nio corre, desce dois andares a pé, vai ao bar, pede um café para fazer algum efeito, corre de novo, casa de banho, corre de novo escada acima, entra na sala.

— António, ficaste 13 minutos lá fora, como é, vamo-nos chatear? - diz o supervisor.
— Não, não, desculpa, no próximo faço menos tempo. - diz António, ofegante das corridas.
Mais uma hora até ao intervalo. Intervalo. Acabou o intervalo, de volta à aventura. Mais quatro horas. Ao entrar na sala:
— António, tiveste uma reclamação, é a terceira.
— Oh, mas porquê?
— A cliente do hotel, não deste a informação.
— Mas não havia.
— Havia, noutra zona.
— Mas.
— Mas nada, havia e tinhas de dar.
— Não concordo!
— Não concordas, podes ir embora, há mais gente que quer vir para aqui, vai falar com o chefe por causa do atraso.

No gabinete do chefe:

— António, tu anda a passar das marcas. Já sabes que te vai ser descontado o tempo de atraso, são quatro minutos nas últimas duas semanas. Vê lá se atinas.
— Sim chefe.
— Agora vai-te ligar.
De volta à posição, num dia perfeitamente normal, António volta-se a ligar. Mais duzentos clientes. António pensa o que diabo ainda

ali está a fazer. Sente-se cansado, deslocado, fora do sítio, mas tem de continuar. Mais uma vez espera uma hora para poder fazer os onze minutos de intervalo que ainda tinha, desta vez consegue não ultrapassar o tempo, não foi ao bar. A meia hora da saída, um supervisor anuncia:

— Todos os comunicadores têm de ficar mais uma hora, quem não quiser vá falar com o chefe.
Face à intimidação de falar com o superior, que nem sempre é uma personagem agradável na sua tarefa de capataz, ninguém diz nada, aguentarão pesadamente mais uma hora.

1 da madrugada

Fim do dia de trabalho. António atendeu cerca de 500 chamadas. Cada uma rendeu à empresa um euro, o que se traduz num rendimento de 500 euros para a empresa. António só ganhou 25 euros nas 8 horas de trabalho. Vai pagar 10 euros de estacionamento, hoje o dia não rendeu muito.

António vai logo para casa. No dia seguinte entra às 8 da manhã. Tinha planos para passear, mas não lhe foi concedido o feriado e terá de trabalhar até às 5 da tarde. Enquanto o resto do país comemora a liberdade, António comemora mais um dia da sua escravatura, de uma vida adiada, sem futuro, sem perspectivas, sem saber quando vai poder ter uma vida normal. Amanhã será um novo dia...

António Santos

Bloco não deve apoiar o candidato do governo



Alegre no comício do PS para as legislativas, em Coimbra, no ano passado

Um abaixo-assinado está a circular pela militância do Bloco de Esquerda a solicitar a convocação de uma Convenção Nacional para decidir quem será o candidato que o BE apoiará nas eleições presidenciais de 2011. O Ruptura/FER apoia e participa desta iniciativa.

A Comissão Política do BE, pelo contrário, disse considerá-la “um erro político e uma irresponsabilidade que prejudica a intervenção do BE”. Consideramos que erro político e irresponsabilidade é justamente o que está a fazer a direcção do partido. Erro político porque faz uma opção errada ao apoiar Manuel Alegre, o provável candidato do governo PS. Irresponsabilidade porque, ao fazer esta opção, enfraquece a luta contra o governo e gera confusão entre os apoiantes da esquerda, e do BE em particular.

Mas há um terceiro aspecto, também importante, nesta opção

da direcção do BE: tem a ver com a democracia interna dentro do partido. Um dos argumentos apresentados pela Comissão Política para recusar a convenção é o de que Manuel Alegre teria sido o candidato indicado pela VI Convenção Nacional do BE, do ano passado. Nada mais falso. O que foi aprovado na VI Convenção Nacional foi, sim, uma indicação vaga – “o Bloco de Esquerda defenderá a necessidade de uma candidatura presidencial da convergência mais ampla possível para a luta política da esquerda” –, mas nenhum nome foi submetido à votação.

“Prodigiosa fantasia”

Na VI Convenção, quando a Moção C acusou a Moção A, afecta à direcção do BE, de querer, através dessa formulação vaga, deixar passar o apoio encapotado a Manuel Alegre, que desde aquela época estava a reaproximar-se do governo Sócrates com vistas às eleições presidenciais, o deputado Luís Fazenda fez uma intervenção “clarificadora”: “Os camaradas da Moção C inventaram até essa prodigiosa fantasia de que iríamos eventualmente ter um candidato às presidenciais em comum com o governo. É caso para dizer que só contaram para vocês”.

Portanto, não só o nome de Alegre não foi submetido a votação como os representantes da Moção A negaram taxativamente qualquer possibilidade de o BE ter um candidato em comum com o governo. Pois a “prodigiosa fantasia” tornou-se realidade: o BE, caso seja mantida a decisão da Mesa Nacional, muito provavelmente terá um candidato às presidenciais “em comum com o governo”.

“Esquerda grande”

Segundo o mesmo texto enviado aos primeiros subscritores do abaixo-assinado para informar sobre a sua decisão de recusar a Convenção Nacional, a Comissão Política alegou que “a orientação maioritária aprovada na VI Convenção do Bloco de Esquerda era continuar a juntar forças para

uma esquerda grande contra as políticas liberais”. Políticas liberais essas implementadas actualmente pelo governo Sócrates com o apoio da direita. Há duas perguntas a fazer. A primeira: como juntar forças contra as políticas liberais deste governo apoiando justamente um candidato deste governo? A segunda: a tal “esquerda grande” inclui o PS?

Se foi correcta a aproximação do BE a Alegre quando Alegre se distanciava do governo Sócrates/PS e votava contra este em algumas matérias importantes, como o Código do Trabalho, a situação agora é bem diferente. O rumo de Alegre foi alterado a partir de meados de 2009, quando este manifestou o seu apoio à candidatura de Sócrates a primeiro-ministro, explícita na sua presença, ao lado deste, no comício de Coimbra.

Portanto, o diálogo do BE com Alegre, no passado recente, quando este protagonizava uma viragem à esquerda e criticava o governo Sócrates, foi correcto. O que se questiona é a manutenção desse diálogo quando a situação é oposta, isto é, quando Alegre apoia o governo. Neste último caso, de facto, este diálogo serve aos interesses da política liberal, pois dá-lhe uma cobertura de esquerda.

Divergências explícitas

O texto da Comissão Política diz que só “faz sentido convocar uma Convenção Extraordinária por razões excepcionais e por diver-

gências importantes e explícitas”. Pois existem razões e divergências, ambas importantes e explícitas.

A principal razão é que a Conferência Nacional decidiu uma coisa e está a ser feita outra. O que se quer é que a militância bloquista possa escolher com clareza, sem subterfúgios, o candidato que apoiará nas presidenciais. Todos têm que ter direito a fazer a sua opção de forma clara, inclusive aqueles que defendem Manuel Alegre.

Quanto às divergências, estas ficaram explícitas na Mesa Nacional. Na última Mesa Nacional foi apresentado um texto alternativo ao texto da Comissão Política contrário ao apoio de Manuel Alegre e defendendo que o BE “deveria procurar activamente uma candidatura fora da área governamental”. Este texto inclusive foi a votos, sendo derrotado.

Ofensa à democracia do BE, como a Comissão Política designa a iniciativa do abaixo-assinado, é, sim, votar uma orientação numa Conferência Nacional e implementar outra com o argumento de que todos “sabiam o que estavam a decidir”. Acusamos, ainda, de prejudicar a actualização do BE com esta petição. Inversamente, consideramos que a petição e a convocação de uma conferência extraordinária e, até, a retirada do apoio a Manuel Alegre, poderão salvar o BE de um desastre.

DE OLHOS BEM ABERTOS



Por que não pedem o BE e o PCP a demissão do primeiro-ministro e nem sequer apresentam uma Moção de Censura no Parlamento?

Não será estranho que o actual primeiro-ministro se veja envolvido pela segunda ou terceira vez em casos que comportam indícios seguros de que o seu comportamento é mais que duvidoso e que ninguém da esquerda tenha a coragem de declarar, simplesmente, que José Sócrates não tem condições (sequer morais) de continuar à frente do governo do país?

Não será estranho que, apesar de o jornal *Sol* ter publicado escutas esclarecedoras, e nenhuma delas desmentidas, sobre a intenção de o primeiro-ministro, através da compra da TVI pela Portugal Telecom, calar as vozes dos que investigavam a sério o seu papel no caso

Freeport, o BE e o PCP não se decidam a apresentar uma moção de censura ao governo na Assembleia da República?

Muitas pessoas pensam que esta atitude do BE e do PCP se deve a cuidadosos tácticos compreensíveis. Afinal de contas, há cerca de uns anos um partido (o PRD) tomou uma iniciativa semelhante e quem beneficiou dela foi o primeiro-ministro de então, o nosso conhecido Cavaco Silva. Permita-nos discordar desta comparação.

Nessa altura, a moção de censura não se apoiava em factos de corrupção, compadrio e de sonegação da liberdade de imprensa de forma tão gritante como agora e, acima de tudo, não existia uma conjuntura polí-

tica em que o divórcio da população com o governo fosse tão grande quanto hoje.

Podemos afirmar, sem risco de errar, que Sócrates só teve condições de se candidatar a um segundo mandato porque, quer o movimento sindical quer o BE e o PCP (e até magistrados a si afectos), lhe concederam oxigénio suficiente. As lideranças sindicais recusaram-se a convocar uma greve geral em momento oportuno; recusaram-se a fazer cair a então ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, estendendo-lhe um oportuno “memorando de entendimento”, via FENPROF, dirigida pelo PCP. A esquerda, do BE ao PCP e a Manuel Alegre, todos recusaram-se a

ponderar uma frente comum para se apresentar às legislativas em condições de tirar Sócrates do poder.

Todos, cada um a seu modo, preferiram antes fixar o objectivo de retirar a maioria absoluta ao PS (objectivos do BE e PCP) e passaram mesmo a apoiá-lo na recta final (Alegre), este último com o objectivo de (re)conquistar as simpatias de Sócrates para o apoio à sua eleição à Presidência da República em 2011.

Desta forma, o governo conseguiu ganhar tempo. O caso Freeport foi abafado, os jornalistas afastados, as escutas do actual caso Face Oculta, “perdidas” pelos corredores entre Aveiro e a Procuradoria-

Geral da República, para só virem a público após Sócrates ganhar as eleições legislativas.

Se nada se faz no sentido de impedir que Sócrates permaneça no poder é porque todos desejam que a situação se mantenha em banho-maria. Para a direita é favorável, porque lhe dá tempo para encontrar uma nova liderança. Para a esquerda, atrasa a sua chegada ao poder e as consequências que este acontecimento acarreta. E quem se trama neste processo contínuo? Os mesmos de sempre. Os trabalhadores e a maioria do povo, obviamente, é que pagarão com o desemprego, a precariedade, o congelamento de salários e a retirada de direitos o prolongamento de Sócrates no governo.

Sócrates quer forçar o povo a pagar a crise

Congelamento salarial, aumento de impostos para os assalariados, redução de investimento público, menos dinheiro para a saúde pública, privatizações e cortes no subsídio de desemprego. É assim que o governo Sócrates/PS pretende reduzir o défice.

O Orçamento de Estado para 2010, aprovado com o apoio do PSD e CDS-PP, foi só o começo. Não basta, para contentar os empresários e banqueiros nacionais, para tranquilizar os chefes da União Europeia, congelar salários e investimentos públicos, cortar nas reformas da Função Pública e privatizar algumas empresas. É preciso mais para, como prometeu o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, baixar o défice público de 9,3% para 3% já em 2013. É este o sentido do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC).

O PEC aprofunda os ataques aos trabalhadores e ao país: antecipação do aumento da idade da reforma na Função Pública, o que significará que, já a partir de 2012 ou 2013, os funcionários públicos só poderão reformar-se aos 65 anos para receber a reforma completa; aumento de impostos, através da imposição de novos tectos às despesas de Saúde e Educação abatidas até agora do IRS; venda das participações do Estado na Galp, EDP e REN e privatização dos Correios, dos aeroportos, da TAP e da seguradora da Caixa Geral de Depósitos.

O máximo da crueldade deste governo talvez esteja na medida de cortar no subsídio de desemprego. De que forma seria isso? Obrigando, por exemplo, o desempregado a aceitar um salário mais baixo do que o subsídio recebido.

Reacções

Diante deste cenário, o coordenador do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, acusou, correctamente, o governo de estar a preparar um “atentado terrorista contra a viabilidade da vida social”.

Se a esquerda condenou o PEC de Sócrates, a direita já acena com a possibilidade de aliar-se ao

governo na sua aprovação. Afinal, neste constam essencialmente as medidas clássicas defendidas pela direita para enfrentar a crise, e, entre as poucas que penalizariam os capitalistas, uma foi adiada para as calendas gregas (imposto de 20% sobre as mais valias realizadas em bolsa) e a outra só está prevista para vigorar durante um ano (taxa de 45% sobre os rendimentos colectáveis acima dos 150 mil euros ao ano).

Enfrentar a crise

A crise do capitalismo português revela problemas estruturais, agravados pela sua localização na União Europeia e a crise económica mundial – e veio para durar. A taxa de crescimento do PIB estimada de 2011 até 2013 é a mais baixa da zona euro, e a dívida pública é a quarta maior, atrás apenas da Grécia, Itália e Bélgica. Neste trimestre, segundo os economistas, não haverá crescimento do PIB, que deverá ficar à volta do 0%, o que significa, em bom português, recessão.

A opção do governo Sócrates expressa no Orçamento de Estado e no PEC, para além de só favorecer os grandes empresários e prejudicar os trabalhadores, não significa uma solução para o País, mas o agravamento dos seus problemas estruturais.

A solução para a crise capitalista não deve ser procurada dentro do capitalismo. À esquerda impõe-se apresentar um programa alternativo ao do governo, que mobilize os trabalhadores numa luta unitária, dê resposta ao desemprego e à precariedade e inclua medidas como a nacionalização da banca e das empresas estratégicas, como a Galp e a EDP; o aumento geral dos salários; a nacionalização das empresas que despedirem ou ameçaarem fechar; a ampliação do subsídio de desemprego, entre outras.

Cristina Portella



Greve geral é resposta dos gregos a plano de austeridade

Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha – os já tristemente famosos PIIGS – são os cinco países onde a crise económica estourou com mais violência e aos quais a União Europeia (UE) procura impor, por intermédio de governos submissos, planos de austeridade duríssimos contra a maioria da população.

Na Grécia, como um discípulo obediente, o primeiro-ministro Yorgos Papandreu correu a caminho de Berlim, nos primeiros dias de Março, para contar à chanceler alemã, Angela Merkel, que o seu plano de austeridade acabara de ser aprovado no Parlamento. O plano para baixar o défice público de 12,7% do PIB (Produto Interno Bruto) impõe redução dos salários, congelamento das pensões e aumento dos impostos e foi aprovado pelos deputados do PASOK (socialistas).

Com estas medidas, aplaudidas em uníssono pela União Europeia, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e, inclusive, pela agência de qualificação de risco Moody's, o governo grego quer economizar 4,8 mil milhões de euros para baixar o défice para 9% ainda este ano. Há poucos meses, Papandreu, para ganhar as eleições, prometeu o contrário, isto é, subir os salários dos funcionários públicos que ganhavam menos.

A Grécia vive o final abrupto de uma etapa de crescimento apoiada num enorme endividamento público e privado e nas subvenções europeias. Uma etapa em que os grandes beneficiários foram a banca alemã, francesa e britânica, que financiaram o endividamento, e as grandes multinacionais alemãs e francesas que se apossaram do mercado grego, a custo de criar um enorme défice comercial.

A banca e os grandes empre-

sários gregos somaram-se com entusiasmo a uma festa que agravou a desigualdade social num dos estados europeus onde esta era mais acentuada (80 grandes armadores possuem um património equivalente a todo o PIB grego).

Quem manda na UE

A crise grega mostrou claramente que na União Europeia só mandam Alemanha e França, que a UE é, antes de tudo, um instrumento do capital financeiro alemão e francês, que converteu a Grécia num protectorado económico. A solução imposta à Grécia nada mais é que uma declaração formal de guerra social do grande capital europeu, temeroso de situações semelhantes arrebenhem nos demais países de segunda linha, como os demais PIIGS.

Há uma esquerda que defende a “democratização” da UE e exige dela uma política “social e ecológica”. Isso, que parece um programa “realista”, trata-se, na realidade, de uma quimera reaccionária. A União Europeia é um instrumento do grande capital europeu contra os trabalhadores europeu e contra os povos do mundo, um mecanismo antidemocrático que não admite reforma. O período aberto na Europa obrigará a retomada da via revolucionária. Porque não vamos poder enfrentar a brutal ofensiva capitalista e assegurar a verdadeira unidade europeia sem tomar medidas de expro-

priação do capital e sem unirmo-nos numa Europa dos trabalhadores e dos povos.

A luta é o caminho

No dia 11 de Março, os trabalhadores gregos realizaram a sua segunda greve geral no espaço de duas semanas (a outra greve fora decretada a 24 de Fevereiro). Hospitais, aeroportos e escolas ficaram fechados; motoristas de autocarros, ferroviários, jornalistas, bombeiros e polícias também integraram o movimento e juntaram-se à marcha de protesto que terminou no Parlamento.

A luta intransigente e cada vez mais radicalizada do povo grego contra o seu governo e a União Europeia é o único caminho para derrotar o pacote de medidas de fome e miséria adoptado. A dura realidade é que a Grécia só pode enfrentar a situação catastrófica que lhe ameaça não reconhecendo a dívida que a sufoca, rompendo com a UE e adoptando medidas drásticas, como a expropriação da banca, a nacionalização das empresas estratégicas sob controlo dos trabalhadores, escala móvel de horas de trabalho para que trabalhem todos e o estabelecimento do monopólio do comércio exterior. Com plena consciência de que os seus problemas não poderão ter solução isolados, mas com o apoio de classe trabalhadora europeia e na construção dos Estados Unidos Socialistas da Europa. (Artigo completo de Filipe Alegria no site www.rupturafer.org)



O equívoco Manuel Alegre

O actual crescente comprometimento do Directório do Bloco de Esquerda com a esperada candidatura de Manuel Alegre à Presidência da República não é, a nenhum título, aceitável.

No plano do respeito pelas diversas sensibilidades que coexistem no nosso partido, é uma inadmissível manifestação da técnica do facto consumado. Com efeito, se há decisão que exija uma profunda consulta às bases, directa ao assunto, e que, pelo seu mecanismo, evite discussões especiosas, é a relativa ao candidato a P.R. do Bloco ou por ele apoiado.

Em traços breves, penso que tal comprometimento:

1. É extemporâneo e precipitado. Muita água correrá sob as pontes dos nossos diversos rios políticos até ao período em que devem ser tomadas decisões sobre a matéria “eleições presidenciais”.
2. É sobranceiro. Desconsidera em absoluto qualquer análise minimamente rigorosa da evolução do percurso de Alegre na política após o 25 de Abril, nomeadamente do mais recente.

cobinismo para a República? Mas que fantasmas andam por aí, nas residências de Cavaco Silva e Alegre? O que quer quem invoca, hoje, o Jacobinismo? Que “antis” e que “prós” estão por trás de tal ataque de erudição? E, já agora, leiam o magistral estudo de Manfred sobre a Revolução Francesa e entendam o que significou o Jacobinismo. Falar dele agora e assim, como o Junqueiro o fez, não roça o ridículo, é ridículo.

5 - É estreito. Mal estaria a nossa República – bem não está, bem sabem os que o sabem –, mal estaria a Esquerda Portuguesa no seu conjunto, se Alegre fosse a única ou a mais qualificada das suas figuras capaz de ganhar as próximas eleições presidenciais. Alegre não é mais do que outra encarnação do famoso sapo de 1986.

O Bloco de Esquerda tinha, tem obrigação de procurar e apoiar um candidato que mereça a consideração das cidadãs e dos cidadãos de Esquerda, todos aqueles que não têm ilusões com o PS da presente prática de Poder, independentemente do seu cartão ou simpatia partidários.

faço, o empenho, o valor de alguns dos seus elementos, em alguns aspectos da sua actividade. Mas não estão ao abrigo de críticas. O dogma da infalibilidade?

Quem assina estas linhas diz o seguinte: Há, decerto, no Bloco, além dos que andam nas bocas do nosso mundo, mais gente com cultura política, com o dom da palavra, com a capacidade de vencer difíceis batalhas verbais com adversários externos e, às vezes, as mais difíceis, internos (sobretudo quando se julgam donos da Verdade), e sem as logorreias insertas em cansativas prédicas, ajudadas por acções de marketing eleitoral à escala nacional muito duvidosas, e que contribuíram para que o Bloco de Esquerda não alcançasse o 3º lugar no Parlamento.

Porque não experimentam as habilidades oratórias “inter muros” – a coberto, portanto, do perigo de outros assistirem à sua passagem de pequenos deuses de um pequeno bloco a normais (e históricos, sem dúvida) dirigentes de outro Bloco mais rigoroso e não “ao sabor” só



3. É simplista. Advém de uma soletração de algumas atitudes de Manuel Alegre calculadamente tomadas, não a favor da Esquerda no seu conjunto, mas das forças que se propõe continuar a representar. Ponho de parte qualquer crítica que incida no “projecto de poder pessoal”. Não o promovo à categoria de argumento.

4. É aventureiro. O actual Directório do Bloco de Esquerda confia demasiado na sua bola de cristal (Quem a forneceu? Quem a liga?). Já se esqueceu das declarações do Coordenador Nacional do BE a vários órgãos de informação em vésperas das últimas eleições presidenciais, em que garantia que haveria uma segunda volta?! Que garantias tem agora acerca dos pressupostos de Alegre Presidente? Os que este vai divulgar? Os que estão contidos na retórica da citação do bom Guerra Junqueiro a recusar o Ja-

Ora, Alegre, nos momentos fulcrais, está com o actual núcleo duro de dirigentes rosa.

A questão “Eleições Presidenciais” não é coisa para voluntarismos inexplicados. Claro que quem leu o artigo do Camarada Francisco Louçã em irreprimível defesa do relacionamento político do Bloco com Manuel Alegre – para a construção de uma “Grande Esquerda”, mas de visão selectiva e não panorâmica – não está admirado com a sua reiterada confiança no celebrado e tonitruante socialista, que, mal agradecido, em acto de desprezo pela rasgada visão política do nosso porta-voz, desatou a badalar a tão usada sineta do “não votar PS é dar o triunfo à Direita”.

A tendência no poder do Bloco de Esquerda tem-se demonstrado, infelizmente, cheia de um fatal auto-contentamento. Nunca neguei, e não é agora que o

de alguns – em aberta e leal discussão, respeitosa do Outro?

Estejam à vontade. O Outro é composto de outros para quem o exercício de funções políticas não é sobrevivência, o Outro de alguma gente sem qualquer desejo de ribalta, mesmo quando, há muitos anos, antes da significativa emergência do Bloco, era aliciada a subir a um palco, a ser protagonista; gente sem qualquer desejo de, para comunicar e exprimir o seu ponto de vista, condenar o contendor ao exílio.

Nos livros, já ouviram falar de autocrítica ou da humildade dos que, de facto, são capazes de ascender à Sabedoria? Os debates que preconizo, servirão, ao menos, de treino para a difícil vida parlamentar e para, na próxima Convenção, enfrentarem quaisquer oposições à sua preclara liderança.

Maximiano Gonçalves

SAÚDE ■

As lições a tirar da greve dos Enfermeiros

Três dias de greve em Janeiro, greve no INEM em Fevereiro e grande adesão à Greve Geral da Função Pública a 4 de Março demonstram vontade de lutar da classe.

No dia 29 de Janeiro, cerca de 15 mil enfermeiros manifestaram-se no centro de Lisboa, após três dias de greve com um grau de adesão altíssimo. A classe manifestou-se, e bem, pelo tratamento igualitário em relação a outras profissões de formação académica do mesmo nível, sobretudo em relação à grelha salarial, pelo descongelamento e pagamento de escalões de progressão da carreira e contra o sistema de avaliação.

Cerca de um mês depois, no dia 25 de Fevereiro, houve a greve dos enfermeiros do INEM. A luta desses enfermeiros é contra um regime laboral inqualificável: num quadro de vínculos precários, com sub-contratação por empresas privadas, o INEM e o Ministério da Saúde (MS) desde 2009 que estão a adiar a contratação de novos enfermeiros, não abrindo novos concursos e não tendo o INEM resolvido qualquer situação de vínculo precário. No meio de toda esta “boa vontade” das instituições, os enfermeiros foram obrigados a trabalhar 60000 horas extraordinárias em 2009. Face a isso, o descontentamento está bem patente nos números de adesão praticamente total à greve.

Método acertado

A luta dos enfermeiros mostrou que, ao contrário do que as direcções sindicais afirmavam, a correlação de forças é favorável aos enfermeiros. O método de uma manifestação nacional a culminar dias de greve revelou-se acertado e mobilizador, com toda a classe a dizer “presente” contra as políticas liberais do governo Sócrates.

Ficou assim demonstrado que, do lado dos trabalhadores, há vontade de mudar de vida, e que só a hesitação das direcções sindicais, que muitas vezes cedem ao jogo das negociações e chantagens do governo, faz com que a vitória não seja total. Este foi o caso, por exemplo, da luta dos professores.

Finalmente a mobilização

Esta hesitação ficou patente no facto de, depois de o governo não cumprir a promessa de abertura do concurso para 1600 enfermeiros e o MS adiar repetidamente as negociações, as direcções sindicais desconvocarem a vigília à frente da Administração Regional de Saúde de Lisboa, no dia 29 de Novembro de 2009 – devido à chantagem do MS –, ajudando o governo e o seu MS a passarem praticamente incólumes o período eleitoral.

Finalmente, este ano os sindicatos mobilizaram a classe. Apesar disso, mantêm-se os métodos pouco democráticos, a esquizofrenia que felicita a ministra Ana Jorge (o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), aquando da reeleição do PS, manifestou “confiança” na ministra numa perspectiva de “continuidade política”) e a persistência em não unir a sua luta à dos outros sectores da Saúde e da Função Pública. Só uma direcção sindical combativa, democrática e consequente em relação à situação do país pode conduzir as lutas dos enfermeiros em direcção à conquista das suas justas exigências. Uma resposta unida, que dê continuidade à greve geral da Função Pública de 4 de Março, democrática e sem tréguas é a única resposta que a situação merece.

Manuel Neves

Um testamento político, filosófico e humano

Recensão do livro *Une lente impatience* (2004: Ed. Stock, Paris), de Daniel Bensaïd



A morte de Daniel Bensaïd (DB) foi ocasião para se evocar, com justiça, o activista social, o internacionalista militante, o pensador marxista fiel aos princípios e avesso aos dogmatismos. As linhas seguintes não se referem a uma vida, mas a um livro – aquele que, sem ser o seu último, mais se aproximou de ser uma autobiografia e um testamento político, filosófico e humano. O olhar que DB lança nesse livro sobre o seu percurso é o de alguém que aprendeu constantemente com a experiência e que, sem cálculos táticos ou prestigistas, transmite o aprendido ao seu público leitor.

Nesta curta recensão, vale a pena destacar um aspecto que interessará aos leitores do *Ruptura*, como jornal ligado à corrente morenista. DB foi enviado à Argentina em 1973 e recorda exageros polémicos na altura cometidos pelo partido morenista, PST, contra o seu partido francês. Mas a justeza do reparo não o impede de reconhecer que o PST estava a consolidar-se vigorosamente, ao passo que a linha guerrilhei-

rista caucionada no 9º Congresso da Internacional deixara correr para a derrota e para a morte toda uma geração militante.

Essa linha tentava transplantar a receita cubana para sociedades urbanas e industriais. Ela virava as costas, explica DB, à experiência mais relevante para o caso, a das insurreições urbanas ocorridas na Argentina em 1969. E condenava os militantes operários a fazerem-se passar, durante o dia, por trabalhadores despolitizados, para poderem, à noite, ser soldados da sua organização militar. Ora, quem se “faz passar” por um fura-greves acaba por sê-lo.

A luta armada, observa DB, não é forçosamente a fronteira entre política revolucionária e reformista, porque também pode haver um reformismo armado. Não são os revolucionários quem “faz” a revolução, e sim o proletariado. Antes de ser proscrita pelo discurso neoliberal (e, acrescentemos nós, até pelo discurso bem intencionado da “cidadania”), a palavra “proletariado” era reduzida pelo ultra-esquerdismo a uma fórmula ritual.

A crítica severa ao ultra-esquerdismo não aproxima DB nem um milímetro da social-democracia. Ao recordar a capitulação do PCF a Mitterrand, apelando a votar nele logo na primeira volta das eleições presidenciais de 1965, DB sublinha que Mitterrand apoiou as guerras que não devia (a guerra colonial francesa) e nenhuma das que devia (a da República espanhola, a da independência argelina).

Outro lugar-comum em que DB não cai é a idealização da democracia burguesa. Prova do seu carácter de classe é o facto de ela assentar sobre a exploração e sobre a exclusão social que por sua vez alimentam um abstencionismo crescente e, de facto, um retrocesso histórico aos tempos do sufrágio censitário – aquele em que votava quem tinha dinheiro.

DB foi em França dirigente da LCR, organização irmã do PSR português. Mas o livro que aqui comentamos testemunha de forma categórica que ele era também um dos nossos, de todos os que militam pelo socialismo.

António Louçã

Para compreender a crise actual II

Na edição anterior, publicamos o primeiro de uma série de artigos para explicar, do ponto de vista marxista, a crise económica que o mundo está a atravessar. Damos continuidade a esta série, lembrando que o artigo anterior terminou a analisar o esvaziamento da “bolha especulativa”, quando os capitalistas e especuladores retiram imediatamente os seus capitais do sector em crise.

1. Este esvaziamento vai causar um impacto negativo nos restantes ramos da economia, levando a uma crise económica generalizada. As empresas de construção e metalurgia associadas à construção de imóveis encerram ou despedem trabalhadores... surge o desemprego em larga escala e a miséria (cada vez mais uma miséria de massas).

2. Vivemos assim num mundo paradoxal em que existem quer capitais quer mercadorias em quantidades tais que poderiam satisfazer plenamente as necessidades das pessoas. Por exemplo, os imóveis que foram construídos “a mais” estão vagos, porque a lógica do sistema capitalista não permite que eles sejam ocupados pelas famílias que

necessitam de casas. Será necessário um movimento revolucionário que leve à abolição da “sagrada” propriedade privada, exproprie os capitalistas e bancos proprietários das casas e as entregue a quem necessita de habitação.

3. Em sistema capitalista a produção de mercadorias não está posta ao serviço da maioria social, mas sim de meia dúzia de exploradores. E os capitais que poderiam servir para desenvolver certos ramos da economia, melhorar os serviços públicos e elevar o nível de vida das massas populares, são deslocados diariamente por todo mundo num movimento frenético e sem fim com o único objectivo de se rentabilizarem (i.e. de gerarem lucros).

Mas por que razão os capitalistas não são capazes de “estabilizar” na sua busca do lucro? Não poderiam, digamos, viver pacificamente com os seus lucros, numa sociedade dividida em classes em que eles manteriam os seus privilégios e a rentabilidade das suas empresas? Será que existe, em todos os capitalistas, uma espécie de ganância inata que os leva a aumentar os seus lucros constantemente?

A resposta a estas perguntas está numa lei fundamental do próprio sistema capitalista, e que foi pela primeira vez formulada por Marx em *O Capital*: a queda tendencial da taxa de lucro.

É essa lei que iremos analisar na 3ª parte deste artigo.

J. A. Dias e A. P. Amaral



EUA assumem controlo político-militar do Haiti

O terramoto que assolou o Haiti, em Janeiro passado, trouxe-nos imagens dolorosas do país mais pobre da América Latina e terceiro mais pobre fora de África, a ser fustigado por uma dura catástrofe natural.

Por detrás dessas imagens foi também possível descortinar como décadas de colonização imperialista, nomeadamente a actual ocupação militar camuflada como “missão de paz” da ONU (Minustah), mantiveram e agravaram a falta de infra-estrutura e recursos que fez com que o impacto do terramoto, em custo de vidas e pessoas afectadas, fosse ainda maior.

E é precisamente neste contexto que, no rescaldo do terramoto, Obama envia um contingente de 15.000 soldados americanos que substituem a Minustah como a principal força da ocupação, deixando de lado a cosmética da “missão de paz”. Por quê?

Dos marines aos capacetes azuis

As intervenções e ocupações militares por tropas americanas no Haiti são recorrentes em todo o século XX e têm servido para a burguesia americana pôr ordem neste canto do que considera ser o seu “quintal traseiro” das Caraíbas. Começando por uma ocupação directa entre 1915 e 1934, passando pelo apoio às sangrentas ditaduras de Papa Doc e Baby Doc, entre 1957 e 1986, e terminando com a intervenção dos marines (fuzileiros) americanos em 1994, que colocou no poder o presidente Aristide, sob o compromisso de este iniciar um ciclo de privatizações e políticas liberais favoráveis à instalação das multinacionais de têxteis no país.

Em 2004, face ao estalar de uma guerra civil e posta em risco a “estabilidade” necessária aos interesses do imperialismo no país e na região, surge a necessidade de nova intervenção militar. Desta vez, atendendo ao desgaste da imagem dos marines no Haiti e à sobrecarga dos aparelhos militares americanos e europeus na ocupação do Afeganistão e Iraque, o imperialismo optou por apresentar-se de cara lavada, ocupando o Haiti com uma “missão de paz” (Minustah) de capacetes azuis maioritariamente latino-americanos, sobretudo brasileiros.

Retornam os marines

O charme destas tropas não durou muito, e o seu carácter colonial de sustento aos objectivos imperialistas, disfarçados no terreno pelo governo fantoche de René Preval, tornou-se evidente no papel que desem-



penharam ao reprimir a “revolta da fome” em 2008 ou os protestos pelo aumento do salário mínimo em 2009.

Na gigantesca tragédia que se seguiu ao terramoto de 12 de Janeiro, os funcionários civis da ONU mostraram-se sobretudo preocupados em salvar-se a eles mesmos e a sair do país – tudo menos ajudar os haitianos.

E é aqui que o governo norte-americano, face ao risco de a situação dramática gerar uma insurreição incapaz de ser contida pelas debilitadas forças da Minustah, envia o seu contingente de 15.000 marines para assegurar o controlo da situação. Consegue assim empreender um esforço que é entendido como uma missão

humanitária e, por isso, popular entre os americanos, enquanto impede que os haitianos tomem o país nas mãos e salvaguarda futuros contratos de reconstrução para empresas americanas.

O aeroporto de Port-au-Prince, nos primeiros dias que se seguiram ao terramoto, viu descarregar mais tropas do que médicos, enfermeiros ou equipas de resgate. Mesmo agora, a ajuda feita chegar pelo aparato da ocupação tarda e é manifestamente insuficiente.

Solidariedade de classe

Por isso, urge intensificar a campanha de solidariedade independente dos governos imperialistas e da ONU, que faça chegar a ajuda directa-

mente às populações necessitadas. Neste marco, a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI), a pedido da organização de trabalhadores haitianos Batay Ouvrié (Batalha Operária), está a realizar uma campanha de recolha de fundos e bens que se destinam aos trabalhadores e habitantes afectados dos locais onde tem presença a Batay Ouvrié. O Ruptura/FER participa activamente nesta campanha, através da recolha de contribuições dos seus militantes e simpatizantes e também através da organização de eventos culturais cujas receitas terão o mesmo destino. (Adaptado por André Traça de texto de Alejandro Iturbe)

Assembleias no Brasil aprovam doações aos trabalhadores do Haiti

Numa grande demonstração de solidariedade, os trabalhadores da General Motors de São José dos Campos aprovaram, em assembleias, a doação de 1% de seus salários para o povo haitiano. A doação será feita por todos os funcionários das fábricas onde houver aprovação, inclusive pessoal admi-

nistrativo. Nos primeiros dias da Campanha de Solidariedade ao Povo Haitiano, organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e pela Conlutas (central sindical), trabalhadores de sete fábricas já aprovaram a doação – o que representa 11 mil trabalhadores e cerca de R\$ 380 mil (cerca de 120 mil euros).

Todo o dinheiro arrecadado será enviado à central sindical e popular do Haiti Batay Ouvrié (Batalha Operária). A arrecadação feita em São José dos Campos faz parte da campanha nacional da Conlutas, que já enviou R\$ 104 mil (cerca de 35 mil euros) ao Haiti.

BÚSSOLA

Greve em Neves Corvo

No fecho desta edição, os mineiros da Somincor, empresa australiana localizada em Neves Corvo, no concelho de Castro Verde, completavam 27 dias de greve. Um movimento corajoso para reivindicar aumento de 100 euros do subsídio para quem trabalha no fundo da mina, uma tarefa dura na qual os trabalhadores estão expostos a elevadas temperaturas, gases, fumos e poeiras. Mas os patrões negavam-se até então a negociar com os grevistas, para forçá-los a desistir da luta. Aos mineiros de Neves Corvo a nossa total solidariedade.



Em Dresden não saíram

Pela primeira vez, a marcha tradicional dos neo-nazistas alemães em Dresden, a 13 de Fevereiro, não se realizou. Mais de 10 000 manifestantes, respondendo a um apelo da presidente da câmara, saíram à rua formando um cordão humano que obrigou os neo-nazis, cerca de 5 000, a permanecerem no local da concentração junto à gare de Neustadt, de onde os judeus eram deportados pelos nazis. A associação Dresden Nazifrei (Dresden sem nazis) apoiou a contra-manifestação. Uma boa notícia frente ao crescimento que a ultra-direita está a registar em alguns países europeus.

Islandeses dizem “Não”

No início de Março, a maioria dos islandeses, 93%, rejeitou em referendo a chamada “Lei Icesave”, que previa indemnizar investidores do Reino Unido e Holanda lesados pela falência do banco islandês Icesave. Apenas 1,7% votaram “Sim”, sendo os restantes votos brancos ou nulos. Se fosse aprovada, calcula-se que a indemnização custaria cerca de 12 mil euros por cada cidadão islandês. Apesar de a primeira-ministra islandesa, Johanna Sigurdardottir, ter feito todos os esforços para desvalorizar a importância do referendo – alegando que o acordo estava já “obsoleto” e que melhores condições seriam negociadas com Londres e Haia – o esmagador “não” representa uma clara derrota do governo.